



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

### Poder Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 20ª Legislatura



André do Prado  
Teonílio Barba  
Rogério Nogueira

Presidente  
1º Secretário  
2º Secretário

Gilmaci Santos  
Milton Leite Filho  
Helinho Zanatta

1º Vice-Presidente  
2º Vice-Presidente  
3º Vice-Presidente

Rafael Silva  
Léo Oliveira  
Gil Diniz

4º Vice-Presidente  
3º Secretário  
4º Secretário

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

Volume 133 • Número 119 • São Paulo, terça-feira, 11 de julho de 2023

[www.prodesp.sp.gov.br](http://www.prodesp.sp.gov.br)

## Debates

27 DE JUNHO DE 2023

21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO e ALEX MADUREIRA  
Secretaria: CARLA MORANDO, DANI ALONSO,  
CARLOS CEZAR e VITÃO DO CACHORRÃO

### RESUMO

#### ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO  
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 661/23.
- 2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO  
Discute o PL 661/23.
- 3 - ALEX MADUREIRA  
Assume a Presidência.
- 4 - PAULO FIORILO  
Discute o PL 661/23 (aparteado pelo deputado Lucas Bove).
- 5 - SIMÃO PEDRO  
Discute o PL 661/23.
- 6 - SIMÃO PEDRO  
Solicita verificação de presença.
- 7 - PRESIDENTE ALEX MADUREIRA  
Deferir o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum. Convoca uma segunda sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término desta sessão.
- 8 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS  
Discute o PL 661/23.
- 9 - GUTO ZACARIAS  
Para comunicação, faz pronunciamento.
- 10 - MARINA HELOU  
Discute o PL 661/23 (aparteada pela deputada Monica Seixas do Movimento Pretas).
- 11 - CAIO FRANÇA  
Discute o PL 661/23.
- 12 - CAIO FRANÇA  
Solicita verificação de presença.
- 13 - PRESIDENTE ALEX MADUREIRA  
Deferir o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
- 14 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO  
Discute o PL 661/23.
- 15 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA  
Discute o PL 661/23 (aparteada pela deputada Monica Seixas do Movimento Pretas).
- 16 - PROFESSORA BEBEL  
Discute o PL 661/23.
- 17 - ALEX MADUREIRA  
Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, a ter início às 21 horas e 20 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 661, de 2023, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024. Para discutir a favor, com a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, população que nos acompanha aqui no plenário e pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, estamos debatendo agora o Projeto de lei nº 621, de 2023, que trata sobre a LDO, que são as diretrizes orçamentárias, o Orçamento do próximo ano e a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou na comissão aqui um voto em separado.

Então nós estamos indicando aqui um voto em separado apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores para melhorar e aperfeiçoar a proposta orçamentária encaminhada pelo governador Tarcísio aqui para a Assembleia Legislativa.

Apresentado o relatório pelo deputado Alex Madureira, que apresentou o relatório a partir do diálogo com diversas bancadas, mas um relatório ainda insuficiente para que seja aprovado aqui na Assembleia Legislativa.

Então nós estamos indicando aqui um voto em separado. São diversas páginas, diversas emendas, justamente para fazer a adequação do Orçamento. Vou levantar aqui algumas sugestões que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores e a do PCdoB encaminharam.

A primeira delas é em relação à questão da transparência do Orçamento do estado de São Paulo. A gente olha as diretri-

zes, a gente percebe que ainda faltam diversos elementos de transparência no estado de São Paulo.

Apresentamos diversas emendas, como a Emenda nº 875, a Emenda nº 780, a nº 787, a nº 788, a nº 853. E nós queremos a transparência na LDO em algumas áreas, como acompanhamento dos gastos públicos, em relação aos parâmetros no Orçamento do Estado.

Hoje nós temos diversos demonstrativos em relação ao plano plurianual que estaremos debatendo no segundo semestre, que não efetiva ou não deixa para que a população do estado de São Paulo possa acompanhar a sua execução na sua totalidade.

Nós solicitamos inclusive que tivesse um demonstrativo de publicidade, tivesse um demonstrativo de alienação de bens, tivesse um demonstrativo de depósitos judiciais, que tivesse um demonstrativo em relação tanto à exploração e da produção de petróleo e gás natural no estado de São Paulo.

Aqui a Emenda nº 794 e nº 830. Apresentamos que deveria ter aqui como diretriz um demonstrativo do número de funcionários no estado de São Paulo.

Cada hora a gente ouve falar, nobre deputado Simão Pedro, um número diferenciado, tanto em relação à ativa, quanto em relação aos servidores aposentados do estado de São Paulo.

Não temos hoje o número exato dos prestadores de serviço no estado de São Paulo, isso não aparece, nem nas diretrizes, nem na LOA. Também que tivesse um demonstrativo dos repasses estaduais para os fundos de desenvolvimento nas regiões metropolitanas, que é a Emenda n.º 821, que aqui na nossa Casa de lei aprovou-se cinco regiões metropolitanas no estado de São Paulo, quatro delas, inclusive, que ainda não foram regulamentadas.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Alex Madureira.

\*\*\*

A estruturação que foi apresentada nas diretrizes orçamentárias para este ano não trata nem as regiões metropolitanas, nem o aglomerado urbano. Alguns deputados comentaram: "Mas não existe mais aglomerado urbano", que tínhamos aglomerado urbano de Jundiaí, que agora virou uma região metropolitana, mas mesmo as regiões metropolitanas que foram criadas, ainda que não foram regulamentadas, não estão sendo levadas em consideração para a LDO deste ano.

Então é importante, nobre deputado que nos acompanha nesta Casa, é importante que a referência das regiões metropolitanas seja considerada para a consolidação da LDO.

O outro demonstrativo que também não é apresentado é o demonstrativo da despesa realizada com a construção de creches, a Emenda n.º 821, os cargos em comissão, Emenda n.º 828; em relação à Saúde, Emenda n.º 738 e n.º 739; e também o demonstrativo da Fecop, a Emenda n.º 829, e também da dívida ativa do estado de São Paulo, a Emenda n.º 208; demonstrando que em relação à transparência e às sugestões que foram encaminhadas pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo PCdoB, na LDO, essas emendas seriam emendas importantes para a transparência do estado de São Paulo, para a transparência da execução do Orçamento. Nenhuma delas foi acatada pelo relator do Orçamento nesta legislatura.

Outro item que apresentamos, seria importante, que seriam as obras paradas no estado de São Paulo. Os deputados que hoje apresentam o interior do estado de São Paulo sabem do que eu estou falando. São tantas obras paradas no estado de São Paulo, mas quando você solicita uma informação por parte do Governo do Estado de São Paulo, e seria importante inclusive o próprio Tarcísio fazer esse levantamento, porque são obras paradas que vieram do governo anterior.

Então inclusive essa emenda apresentada seria uma emenda importante para o governador Tarcísio, que faria um levantamento das obras paradas no interior de São Paulo, no estado de São Paulo, que são obras que foram deixadas ao léu aí pelo governo anterior.

O outro ponto que apresentamos, que seria um plano de redução da dívida ativa do estado de São Paulo... Estivemos hoje com o secretário da Fazenda aqui no estado de São Paulo, ele apresenta que está havendo uma redução da dívida ativa ao longo dos anos, mas não aceita incluir na LDO um plano de redução da dívida ativa no estado de São Paulo.

Outros itens que nós colocamos: que seria importante o aumento de recursos para a Educação, aqui o Item n.º 783; aumento para o recurso para o Centro Paula Souza, a Emenda n.º 784, porque todos os deputados e deputadas, nobre deputada Ediane, sempre falam que a Educação é prioridade.

Quando apresentamos uma emenda para garantir a ampliação do recurso do orçamento no estado de São Paulo, o relator não acata. Então, estamos insistindo na necessidade de aumentar o recurso para a Fundação Paula Souza, para a Educação no estado de São Paulo e também para as universidades públicas do estado de São Paulo, a USP, Unicamp, Unesp.

Temos uma emenda também que aumenta o percentual do ICMS arrecadado no estado de São Paulo para garantir que tanto a USP, a Unesp e a Unicamp tenham recurso superior ao que a gente tem aprovado nos últimos anos.

Um outro item que apresentamos e que seria importante para que seja adequado à LDO apresentada, e está no nosso voto em separado, que é a limitação dos gastos de pessoal com servidores, que é a PEC emergencial.

Nós colocamos a necessidade a partir do limite prudencial que tem no estado de São Paulo, é limite prudencial porque é possível o governo fazer uma adequação aos servidores públicos do estado de São Paulo, a partir dos percentuais e dos índices que vêm sendo aplicados nos últimos anos.

Então é possível criar um plano de encarecimento para os servidores públicos do estado de São Paulo.

O limite prudencial ainda é um limite considerável no estado de São Paulo. Então o governo com certeza não seria enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal porque existe o limite prudencial para fazer a adequação necessária para os servidores públicos em todas as carreiras do estado de São Paulo, seja para a Segurança Pública, para a Educação, para a Saúde, para as carreiras de estado. Tem ainda um nível de prudencial que podia ser adequado e a LDO seria um desses momentos agora de indicar para a gente aprovar no orçamento do ano que vem.

Outro item que nós apresentamos, que o estado de São Paulo também não apresenta, é um orçamento de investimentos, não apresenta um plano de investimentos. Nós estamos falando num governo no seu primeiro ano do seu mandato de quatro anos, está aí nos três primeiros meses.

Vão debater o plano plurianual nos próximos dias, mas já deveria estar colocado como diretriz da LDO porque um governo que inicia os seus trabalhos, que começa a governar o estado de São Paulo tem por obrigação apresentar um plano de investimentos e o orçamento dos investimentos para o estado de São Paulo.

Vamos debater o plano plurianual daqui há alguns meses. Mas já seria possível que o Governo do Estado de São Paulo apresentasse um plano de investimentos, um orçamento pelo investimento pelo estado de São Paulo e não o fez na LDO, que foi apresentada agora. E nós estamos tentando corrigir esse grande erro do Governo do Estado de São Paulo.

Outro item que nós colocamos é que são necessárias as transparências nas organizações sociais do estado de São Paulo. Hoje já estamos vendo organizações sociais nas áreas da Saúde, da Educação, da Cultura que não têm uma transparência. E não se aponta, também, na LDO, elementos necessários para que possamos fazer um acompanhamento dos contratos firmados das organizações sociais pelo estado de São Paulo. Então, é mais um elemento de transparência que também o nobre relator do Orçamento acabou não acatando.

Um outro item importante que nós colocamos, e é fundamental para o governo do estado de São Paulo, - nós já tivemos uma primeira reunião com o secretário, hoje, que está cuidando do Desenvolvimento Regional e da Habitação, nobre deputado Alex de Madureira - é em relação às empresas públicas que foram extintas pelo governo Doria no ano passado, que é a CDHU, que é a EMTU, que é a Dersa. E o secretário já se colocou que ele é contrário à extinção da CDHU.

Se ele é contrário à extinção da CDHU, então já coloque na diretriz para o debate do ano que vem, que é necessário estruturar no Orçamento de 2024 recursos para a CDHU, recursos para a Dersa, recursos voltados para a EMTU que são empresas importantes para o estado de São Paulo. Porque é necessário fazer a retomada dessas empresas importantes para o desenvolvimento do estado de São Paulo.

Se já tem esse entendimento em relação à CDHU, cobramos aqui o mesmo entendimento em relação à Dersa, o mesmo entendimento em relação à EMTU. E que coloque nas diretrizes, também, para que no ano que vem possa ter recursos para que essas empresas do estado de São Paulo possam fazer o seu papel no desenvolvimento do estado de São Paulo.

O outro debate que nós também fizemos na nossa bancada é ter um plano de desenvolvimento regional à regionalização, à superação das desigualdades sociais. Nós ouvimos hoje, nobre deputado Paulo Fiorilo, o secretário falando por diversas vezes que é necessário fazer uma adequação para diminuir a desigualdade no estado de São Paulo, porque no estado de São Paulo hoje é o estado que mais tem pessoas cadastradas na Bolsa Família. Já ultrapassou o primeiro estado, que era o estado da Bahia. Ele foi ultrapassado pelo estado de São Paulo.

Então, tem desigualdades regionais, tem desigualdades sociais. E nós colocamos, aqui, algumas emendas para que pudesse melhorar e diminuir as desigualdades regionais no estado de São Paulo.

O secretário hoje foi taxativo, que é uma das metas colocadas por ele, nobre deputado Alex de Madureira. Então, é importante que façamos uma avaliação em relação a fala do secretário no dia de hoje e ainda é possível de fazer uma adequação também nessa emenda.

Outro item foi em relação ao Orçamento da Agricultura Familiar da política estadual de agroecologia, que é o Peapo. São emendas importantes que ajudariam na estruturação de um orçamento melhor aplicado no ano que vem. E as diretrizes ou constam agora na LDO, ou não adianta a gente debater no segundo semestre, que tem que ter áreas importantes do desenvolvimento do estado de São Paulo.

Para concluir, Sr. Presidente, um outro debate que nós fizemos, ainda em relação à transparência do Estado, nós temos hoje aqui no estado de São Paulo desonerações fiscais que não têm transparência alguma no Orçamento do Estado de São Paulo.

Essa semana o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez um questionamento ao secretário, repetimos esse questionamento ao secretário no dia de hoje aqui na Assembleia Legislativa em relação às desonerações fiscais que tem no estado de São Paulo.

O governo federal já criou mecanismo de transparência, já apresenta empresa por empresa, setor por setor que tem a desoneração fiscal. O governo federal já consegue fazer uma compensação para os estados e municípios que porventura vieram a perder recursos com a desoneração fiscal, e no estado de São Paulo isso não acontece.

Então, vou dar aqui alguns dados, que é importante que os deputados estaduais aqui da Assembleia tenham a dimensão

do que é que nós estamos falando em relação às desonerações fiscais, que são feitas pelo Governo do Estado de São Paulo, que não é dialogado com os municípios, não é dialogado com a sociedade, não tem contrapartida e não tem transparência.

Vou pegar aqui a cidade de Piracicaba, onde o nobre deputado relator, Alex Madureira, é relator do Orçamento. Lá em Piracicaba, fazendo uma projeção para os próximos quatro anos, Piracicaba vai perder, entre IPVA e ICMS, que é a cota-parte do município de Piracicaba, um bilhão, 444 milhões de reais. Esse valor é quanto a cidade de Piracicaba perde com a redução do ICMS e do IPVA com as desonerações feitas nesses últimos anos.

Uma outra cidade, a cidade de Marília, uma redução de 509 milhões de reais. O estado de São Paulo tem uma perda de arrecadação de 24 bilhões, 672 milhões de reais, que é a parte do IPVA, é a parte do ICMS para o estado de São Paulo que perdemos.

Esses municípios perdem porque não tem transparência e os municípios não participam da decisão da desoneração do IPVA e do ICMS pelo estado de São Paulo para as empresas, pelos setores do estado de São Paulo.

Então, a transparência, e nós encaminhamos, nobre deputado Alex Madureira, que houvesse essa transparência, que houvesse essa indicação, e a cidade de V. Exa. perde muito quando não tem a transparência em relação ao ICMS, ao ISS, que é a parte que cabe (Inaudível.). Nós estamos cobrando que essa adequação seja feita também no nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Seguindo aqui a ordem dos inscritos, para discutir contra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quem nos acompanha pela Rede AleSp; a Assembleia entra agora, no final do primeiro semestre, com o debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a lei que orienta a elaboração do Orçamento para o próximo semestre, uma lei importante porque ela vai dialogar com o PPA e com o Orçamento.

É óbvio que a gente não tem ainda o PPA, porque ele será apresentado posteriormente, e ao ter esse ato a gente teve aqui uma questão que a comissão deve ter discutido muito, que é a ausência do anexo de metas, que eles vão apresentar, estão dizendo que vão apresentar no PPA. Importante a gente ter as metas para poder acompanhar, para entender para onde vai o governo.

Em que pese o esforço do relator Alex Madureira, nós ainda temos muito a avançar nesse debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E por que eu digo isso? Porque existem alguns pontos que eu acho que nós precisamos trazer ao debate. Eu gostaria de destacar pelo menos dois, e um deles diz respeito à questão do remanejamento do Orçamento que o governo terá no próximo período.

O governo Tarcísio repete o governo Doria, os governos do PSDB, o governo Tarcísio deixando um alto índice de remanejamento. Esse é um problema gravíssimo, porque o Orçamento aprovado aqui nessa Casa é totalmente distorcido quando o governo começa a executá-lo.

Hoje o índice que o governo tem, ou que apresenta na LDO para "atender as necessidades" é de 15%, até o limite de 15% das despesas fixas da Lei Orçamentária para o próximo exercício. Essa é uma distorção gravíssima.

Aliás, a gente insistiu ao longo dos últimos quatro anos para que houvesse uma redução, que pudesse ser uma redução anual. Então, esse ano é 15; ano que vem, 14, 13, 12, até que a gente pudesse chegar a um índice adequado, para que não houvesse uma distorção tão grande na execução do orçamento.

Por que eu digo isso? A gente vai dar uma olhada na execução orçamentária até 31 de maio e chama atenção algumas secretarias, que são secretarias importantes, mas que têm contingenciado alto ou falta do empenho com o orçamento, que é gravíssimo.

Eu queria aqui dar alguns exemplos. Secretaria de Cultura e Economia Criativa tem um contingenciamento de 13%, ou seja, 13% do orçamento da Secretaria de Cultura, que é uma secretaria importante, mas que já tem um orçamento reduzido, estão congelados, então contingenciados.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 12 por cento. Agora, aqui chama atenção: Secretaria de Habitação. Deputado Simão Pedro, deputado Marcolino, Donato, Ediane, Suplicy, 43% contingenciado. Quarenta e três por cento.

Uma Secretaria que deveria ser, neste momento, uma secretaria importante, para construir casas populares, para poder fazer com que a economia do Estado pudesse avançar ainda mais, infelizmente, a gente tem 43% do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação contingenciado.

O pior é que eles só empenharam 26%, deputada Ediane, que é uma deputada que dialoga com essa questão da Habitação. Nós estamos no dia 31 de maio, é o balanço que a gente levanta, só 26 por cento. Então, uma secretaria importantíssima, mas que, infelizmente, o Governo não dá a mínima.

Vou dar outro exemplo, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, 23% de contingenciamento. Tem mais: Secretaria de Esportes, 20% de contingenciamento e só 50% empenhado até agora. Esse é o orçamento do Governo do Estado. Como ele não mandou o PPA, a gente pode olhar o orçamento para dizer para onde vai esse Governo. Podia avançar.

Quando a gente vai olhar por órgão e ação, tem coisas, assim, absurdas. Por exemplo, na Educação. Ação de cooperação estado e município para construção de creches: 4% empenhado; 31 de maio, 40% contingenciado. Tem uma alteração